



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: os desafios da equidade de acesso

Ana Carolina Vasconcelos
Cunha Handere ¹
Ana Paula de Magalhães Leite²
Sidmara Cristina de Souza³

Resumo: A política educacional brasileira tem passado ao longo dos anos por inúmeras transformações, reflexo das mudanças implementadas pelo capitalismo, especialmente em seus momentos de crise, quando elabora estratégias para superação da mesma e utiliza mecanismos sociais importantes, como a educação para manter sua hegemonia. Nesse sentido, a presente proposta visa analisar os principais desafios a cerca de uma igualdade na educação para todos, e os desafios encontrados, a ideia surgiu a partir de um artigo da disciplina do mestrado, onde sou discente na UFF. A pesquisa realizada foi de cunho bibliográfico, com autores que se debruçam sobre a temática, no sentido de contribuir para compreender os dilemas e desafios do acesso à educação no Brasil, a partir das reformas e iniciativas do capital para manter seus ciclos de exploração. Os resultados mostraram nos dias de hoje, a educação brasileira ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em termos de desigualdade de acesso, qualidade de ensino, inclusão social e financiamento público.

Palavras chaves: política educacional; educação; desigualdades regionais

Abstract: Brazilian educational policy has undergone numerous transformations over the years, reflecting changes implemented by capitalism, especially during times of crisis, when strategies are devised to overcome them and important social mechanisms, such as education, are used to maintain its hegemony. In this sense, the present proposal aims to analyze the main challenges regarding equality in education for all, as well as the obstacles encountered. The idea arose from an article in a master's program course, in which I am a student at UFF. The research conducted was bibliographic in nature, drawing on authors who focus on this theme, in order to contribute to the understanding of the dilemmas and challenges of access to education in Brazil, considering the reforms and initiatives of capital to sustain its cycles of exploitation. The results showed that, nowadays, Brazilian education still faces significant challenges, especially in terms of unequal access, quality of teaching, social inclusion, and public funding.

Keywords: educational policy; education;; regional inequalities

¹ Assistente Social, discente do programa de mestrado em Políticas Sociais da UFF. Email: anacarinavasconceloscunha@gmail.com.

² Assistente Social, Docente Adjunto na Universidade Federal dos vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFFVJM, doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ – Email: ana.magalhaes@ufvjm.edu.br.

³ Dra em Política Social Pela Universidade Federal Fluminense – UFF, professora do Mestrado Interinstitucional em Política Social da UFF e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: sidmara.cristina@ufvjm.edu.br



I. INTRODUÇÃO

A trajetória da educação no Brasil é profundamente marcada por transformações históricas, refletindo as mudanças políticas, sociais e econômicas pelas quais o país passou. Desde o período colonial, a educação foi uma ferramenta não apenas de ensino formal, mas também de controle social e de formação de elites. As políticas educacionais implementadas ao longo dos séculos responderam a diferentes necessidades, ora voltadas para a catequese e a colonização, ora para a industrialização e o desenvolvimento econômico. No entanto, um dos maiores desafios que persistem é a profunda desigualdade regional e social no acesso à educação de qualidade, um problema que vem sendo perpetuado desde os primeiros anos do sistema educacional brasileiro (Saviani, 2006)

A importância de estudar essa formação na educação consiste na necessidade de compreender as raízes das iniquidades atuais e formar cidadãos críticos capazes de promover a transformação social e a democracia. Ao tratar de um longo período como o Brasil colônia, é preciso pensar a categoria “século” e sua definição segundo a sua função narrativa histórica, pois o século histórico e o século cronológico possuem similitudes e que se sobrepõem na composição de narrativa histórica (Saviani, *et al.*, 2006).

Durante o período colonial, a educação brasileira estava intrinsecamente ligada à Igreja Católica, especialmente por meio dos jesuítas, que tinham como principal objetivo a catequização dos povos indígenas e a formação das elites coloniais. Essa estrutura educacional focada na evangelização e na formação da elite colonial foi um dos primeiros exemplos de como a educação no Brasil sempre refletiu o contexto socioeconômico da época, com acesso restrito às classes menos favorecidas e sem uma preocupação com a universalização do ensino.

Os Jesuítas viam a educação como uma ferramenta eficaz de controle social e de evangelização, usando o ensino para intensificar tanto os valores da igreja quanto os interesses do poder colonial português. Saviani (2008, p.18) afirma que “o objetivo central da educação jesuíta era a catequese, combinada com a formação de uma elite intelectual alinhada aos interesses da igreja e do Estado”. Assim, o sistema educacional criado pelos jesuítas era uma educação formal e aprofundada nos colégios destinada à elite colonial, enquanto a catequese nos aldeamentos visava a conversão ao cristianismo e a assimilação dos valores ocidentais, ao passo que os escravizados, especialmente os de origem africana, eram amplamente ignorados pelo sistema formal de educação (Saviani, 2008).

Segundo Fernandes (2020) a história brasileira é marcada pela exclusão da



maioria da população de negros, escravizados e posteriormente, libertos e indígenas do acesso à educação formal. Essa exclusão histórica é um dos pilares da desigualdade educacional e social qual ainda persiste no Brasil.

Ao analisar esta evolução histórica na educação, que é o objetivo desta pesquisa, destacam-se as importantes reformas e políticas na educação que moldaram o sistema educacional, além de debater os desafios atuais que o Brasil enfrenta em termos de equidade e qualidade no acesso à educação. Para tanto é importante compreender historicamente como o capitalismo dependente impacta diretamente na política de educação, muitas vezes precarizando o sistema público e reproduzindo as desigualdades existentes e a compreensão crítica do presente, permitindo aos educadores e alunos uma visão mais ampla e crítica do fenômeno educacional, entendendo as limitações e falhas do sistema atual, como resultados de processos históricos e não apenas de problemas conjunturais.

II. A EDUCAÇÃO NO BRASIL: o retrato da desigualdade de acesso

No período colonial com a chegada dos jesuítas com foco na catequização e formação das elites, após a independência (1822), houveram tentativas de criar um sistema educacional nacional. Nesse período, a educação passou a ser regulamentada pelo Estado, mas ainda permaneceu restrita a uma parcela privilegiada da população. O ensino primário tornou-se obrigatório, mas a ausência de infraestrutura e o descaso com a formação de professores dificultaram a expansão da educação popular. No ensino superior foram criadas primeiras instituições acadêmicas voltadas para a formação de profissionais, como médicos e juristas, mantendo a educação com privilégio das elites (Saviani, 2011)

Na primeira república (1889- 1930) houve o movimento escola nova com a tentativa de democratização da educação. De acordo com Saviani (2008,p.125), esse movimento pregava uma educação centrada no aluno com ênfase no desenvolvimento integral e nas atividades práticas, mas apesar de tentativas de modernizar o ensino, durante a primeira república educação no Brasil permanece elitista e excludente.

Na Era Vargas foi feita a reforma Francisco Campos, com a segregação entre ensino técnico e secundário. Segundo Saviani (2008), essa divisão consolidou uma educação dualista, onde o ensino técnico visava atender as demandas imediatas no mercado de trabalho, enquanto o ensino secundário preparava uma minoria para ingressar no ensino superior. Esse modelo de separação contribuiu para a exclusão social, diminuindo a ascendência social pela educação a uma pequena parte da



população. O governo Vargas foi marcado por uma tentativa de centralizar e modernizar a educação no Brasil, sendo criado o Ministério da educação e saúde pública em 1930, um dos primeiros passos nesse sentido.

Seguindo essa linha de modernização, no decorrer do período da ditadura militar (1964-1985) houve a reforma universitária de 1968 com a expansão do ensino superior e controle ideológico¹. A ditadura militar impôs restrições severas à liberdade acadêmica e intelectual, com o intuito de evitar qualquer tipo de contestação ao regime.

Fernandes (1975) destaca que havia um projeto gestado no bojo das reivindicações dos movimentos sociais, como a União Nacional dos Estudantes – UNE, que lutava pela “Reforma Universitária” de 1968 — a qual girava em torno do projeto de universidade “integrada e multifuncional” —, mas a burguesia brasileira tomou para si, logo após o Golpe Militar, a tarefa de conduzir o processo, o qual Fernandes (1975, p. 210) denominou “reforma universitária consentida”. O que o autor identifica desse movimento da burguesia é que, quando ela tomou para si uma bandeira que não era sua, e nem tinha como ser, ela acabou por corromper a imagem da “Reforma Universitária” e, com isso, acabou por moldá-la à sua feição e interesses. Nesse período foi criado um grupo de trabalho (GT) encarregado de “estudar a reforma da Universidade Brasileira, visando a sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (Fernandes, 1975). Esse grupo era composto por Tarso Dutra, então Ministro da Educação, e educadores que tinham o propósito de construir um projeto de lei da Reforma Universitária, que acabou por endossar a concepção de educação e universidade inerente aos círculos conservadores condutores da ditadura militar.

O que ocorreu, então, com o processo da “reforma” foi que a burguesia brasileira além de acelerar, por um lado, o crescimento econômico, por outro, modernizou e ampliou o acesso à educação por meio do estrangulamento do sistema público de ensino e do aprofundamento da privatização, seja através do financiamento público para as instituições de ensino superior (IES) privadas ou da autorização de abertura de novos cursos privados.

¹Fernandes (1975), ao tratar da “reforma universitária” de 1968 destacou os acordos MEC-USAID. Nesse sentido, explica que eles nasceram da necessidade de “modernizar” o ensino superior brasileiro na direção do modelo norte-americano, e essa necessidade se intensificou após o golpe de 1964. O autor ressalta que, por meio de intervenções canalizadas através de organismos internacionais, ocorre uma intensa interferência norte-americana. Por meio de vários mecanismos criados, por exemplo, pela Aliança para o Progresso, pelos acordos MEC/USAID, pela OEA, pelo Banco Mundial, entre outros, os Estados Unidos tentaram formar e orientar dois tipos de influências: a de desintegração do padrão brasileiro de escola superior; e a de formação e consolidação de padrões de ensino superior adequados aos requisitos educacionais de uma sociedade competitiva e de massas. Os convênios firmados entre o MEC e a United States Agency for International Development (USAID), após 1964, objetivavam realizar uma reforma em todos os níveis do ensino brasileiro e, a partir disso, adotar o modelo americano, principalmente no ensino superior. Neste nível, a “reforma” visava à formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico do governo brasileiro, em total acordo com a política norte-americana para o país.



Lima (2005) afirma que, no final dos anos 1970 e na década de 1980, no Brasil vivenciávamos o esgotamento da contrarrevolução burguesa, que fora conduzida pelo governo militar, e um processo de organização das lutas pela abertura política e reconstrução do sistema partidário, caracterizando um processo de ampliação da participação política “lento e gradual”, nos limites da frágil democracia restrita. Frutos deste processo, foram feitas reformas políticas afirmativas e planos nacionais para aumentar o acesso, mas persistiram as desigualdades regionais.

Em 1988 na nova Constituição Federal, a educação passou a ser reconhecida como direito fundamental. Nesse sentido, garantiu que a educação deveria ser pública e gratuita a toda a população e que o Estado teria o dever de provê-la como dever do Estado, e houve uma ampliação do acesso às escolas e universidades. O sistema educacional foi reformulado na tentativa de ampliar o acesso e garantir maior inclusão e equidade, embora tenha ficado claro que desafios como a qualidade do ensino, a formação de professores e a evasão escolar ainda persistam. Uma das mudanças mais significativas após a democratização do país foi a aprovação da nova Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), em 1996, que se tornou um marco regulatório fundamental para a educação no Brasil.

A LDB de 1996 buscou estabelecer diretrizes claras para todos os níveis de ensino – desde a educação infantil até o ensino superior – e promover a descentralização da gestão educacional, conferindo maior autonomia às escolas, estados e municípios. Essa descentralização foi vista como uma forma de tornar o sistema educacional mais eficiente e adaptado às necessidades locais, permitindo que as instituições de ensino e as redes municipais tivessem maior poder de decisão sobre seus currículos, políticas e investimentos. A LDB também reforçou a ideia de uma educação pautada em princípios democráticos, com a participação da comunidade escolar na gestão das escolas e o fortalecimento de práticas pedagógicas que valorizassem o desenvolvimento integral dos alunos (Libanêo, 2000).

A alfabetização é fundamental para o desenvolvimento social e econômico de um país. Pessoas alfabetizadas têm melhores oportunidades de trabalho, conseguem acessar informações importantes para a saúde e bem-estar e participam mais ativamente da vida cívica e comunitária. Além disso, a alfabetização contribui para a redução da pobreza e promove a inclusão social, permitindo que todos tenham a chance de contribuir de forma significativa para a sociedade (Freire, 1987)

III. EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO: Dilemas de um país desigual



Desde o chamado Golpe militar, e, com mais ênfase nos anos 1990, os processos de fragmentação do sistema educacional e do conhecimento escolar, potencializam-se, de um lado pela cultura escravocrata, colonialista e feudal das elites e, de outro lado, pelo avanço do pós-modernismo, ideologia específica de neoliberalismo (Chauí,1993. O neoliberalismo se põe como uma alternativa teórica, econômica, ideológica, ética-política e educativa à crise do capitalismo no final do século (Frigotto,2010).

Segundo Chauí (1993) a crise se traduz, no âmbito teórico, na crise da razão na perspectiva do descontínuo, no surgimento de micro poderes que disciplinam o social, na ênfase à diferença, alteridade, subjetividade, contingência, descontinuidade, no predomínio do privado sobre o público.

Ao longo dos anos o capitalismo também passou por diversas crises que afetaram a economia, o plano social, ideológico, ético-político e educacional dentre outros (Frigotto,2010). Tal acontecimento no campo educacional despertou no país o interesse pela busca de melhor ensino para os filhos. No capitalismo a forma mais desenvolvida da atividade educativa, é a educação. A educação é vista como um forte instrumento de emancipação desse sistema, ao longo dos tempos a educação se desenvolveu , assumiu formas e conteúdos diversos, os quais foram organizados conforme as condições materiais de produção e reprodução da vida e da sociedade como um todo (Miranda,2012).

De acordo com Mandel (1981), o capitalismo divide a sociedade em duas categorias. De um lado temos os proprietários e donos de terras, máquinas e indústrias, que exploram a mão de obra dos trabalhadores. Do outro lado temos o assalariado, conhecido como proletariado, que luta pela sua subsistência vendendo a própria mão de obra. Diante desta afirmativa o Instituto Ludwig Von Mises Brasil (2019) considera a importância da luta da população na tentativa de conquistar a liberdade. O autor afirma ainda que só assim a sociedade menos favorecida economicamente poderá vislumbrar sua própria civilização.

Diante deste cenário teórico," tentar compreender adequadamente os dilemas e impasses do campo educativo hoje é, inicialmente , dispor-se a entender a crise da educação no escopo mais amplo da crise do capitalismo" (FRIGOTTO;2010 p.74)

De acordo com Hobsbawen (1982), Oliveira (1987), Frigotto(2010), o capitalismo hoje incorpora teses socialistas como: direitos sociais de educação, saúde, transporte, moradia, garantia de emprego e seguro desemprego que, na verdade são direitos fundamentais de uma sociedade igualitária justa.No entanto grande parte da população convive diariamente com a negativa desses direitos fundamentais, vivendo em condições subumanas. Nesse caso, para o autor, se o trabalho educacional não for



fortemente relacionado com profunda compreensão dessa realidade, está em perigo de perder sua essência. A vida futura das crianças nas escolas exige mais do que isso.

Segundo Mézaros (2006) para compreender o conceito de educação é fundamental adotar uma perspectiva abrangente que associa diretamente à própria existência. Isso implica em uma expansão conceitual que conecta a educação aos complexos processos sociais envolvidos na produção da vida. Em seu livro "A Educação para Além do Capital", Mézáros destaca a estreita relação entre os processos educacionais e os amplos processos sociais. Sua análise enfatiza que, se a educação desempenha o papel de sistema para internalizar valores, conhecimento e cultura, moldando assim uma determinada visão de mundo, as soluções necessárias devem ser fundamentais.

O importante hoje é o princípio da igualdade, na perspectiva da equidade, pautado no contexto da diversidade. Na sociedade devem ser definidas políticas que atendam as demandas da população como um todo. Isso significa chances iguais de saúde, vida, trabalho.

A má distribuição de renda fundamentalmente, é uma das principais causas de exclusão social. E consideramos a desigualdade de renda em termos absolutos, o maior contingente de pobres encontra-se nas áreas urbanas; 38,7 milhões de brasileiros (Boschetti; *et al* ,2009). Tal situação está ligada diretamente ao analfabetismo, baixa escolaridade da população, precariedade da qualidade de ensino básico, tudo isso somado às elevadas taxas de mortalidade infantil, mortalidade materna e mortalidade por causas externas, especialmente violência e questões de segurança (Boschetti; *et al*,2009)

Gramsci (2001) participa desse debate. Para ele existe uma deficiência de formação teórica, e mesmo a prática é muito limitada simplesmente à execução de tarefas mais ou menos delimitadas de acordo com a área escolhida para atuar, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos. Na perspectiva de Gramsci (2001) o sistema educacional tenderia a uma perpetuação do sistema capitalista, uma vez que o autor enfatiza que haveria um esforço por parte dos capitalistas em diminuir e precarizar cada vez mais a formação dos trabalhadores.

Como enfatiza Fernandes (2020), a educação que pode conduzir à autodeterminação da classe trabalhadora e dos oprimidos na luta pelo poder para uma nova sociedade, liga-se ao trabalho social. Considerando a realidade brasileira, nos termos colocados anteriormente, destaca-se que a educação é um desafio tão ou mais importante que a fome, pois sem compreender os mecanismos de sua dominação, os excluídos continuarão a padecer da mesma.

Na visão Freirana, o instrumento que com certeza muda a história dos



educandos e da sociedade como um todo é a educação, oferecendo ao indivíduo o direito de conquistar uma vida digna, objetivando respeitá-lo com ser humano. Tal ferramenta propicia a transformação da sociedade, tornando-a mais justa, o que possibilita o exercício da cidadania. Para isso, é preciso que se assume o compromisso de desenvolver o conhecimento (Freire, 1967).

Nesse sentido, o autor afirma não ser possível refazer o país, nem tampouco democratizá-lo, humanizá-lo e torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. O autor afirma que a educação tem o poder de transformar a sociedade, sem ela não há melhorias.

No Brasil existem programas de combate ao analfabetismo, como o EJA e o Programa Brasil Alfabetizado, que tem como objetivo a superação do analfabetismo, embora ainda haja um número grande de pessoas no país que não sabem ler e escrever ficando evidenciado que a educação enfrenta crises.

IV. AVANÇOS E RETROCESSOS NO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL, OS REFLEXOS DA DESIGUALDADE

A educação brasileira vive um paradoxo de avanços e retrocessos, celebra conquistas na legislação e acesso (como a inclusão de crianças com deficiência, mas enfrenta estagnação e retrocessos como o retorno a níveis pré pandêmicos de aprendizado, (anteriores a 2020) a fragmentação curricular do ensino médio (Reforma de 2017)² e a persistente desigualdade social, que limita a formação integral e subordina a educação a interesses mercadológicos e políticos, impactando a qualidade e a equidade do sistema (Freire, 1987).

A desigualdade social no Brasil se reflete no acesso desigual à educação, onde famílias de baixa renda ainda encontram dificuldades de acesso para seus filhos a uma educação de qualidade, custear materiais escolares, um transporte de qualidade, muitas vezes são barreiras e muitas vezes resultam em evasão escolar. Escolas localizadas em territórios com alto índice de vulnerabilidade enfrentam carências estruturais, salas sem luz, carteiras desgastadas, falta de material didático e baixa remuneração de professores, bem como a falta de uma alimentação adequada, a segurança alimentar diz muito no processo ensino aprendizagem. A reprodução das desigualdades não é apenas um fenômeno individual, mas um processo social e complexo, enraizado nas

² Reforma educacional de 2017 conhecida como “novo ensino médio”, trouxe mudanças significativas na estrutura e na carga horário do ensino médio no Brasil. As principais mudanças incluem, a carga horária que foi aumentada de 800 horas para 1.400 horas com foco na formação geral e na escolha de itinerários formativos. A formação geral básica foi obrigatória, e os itinerários formativos foram introduzidos permitindo que os alunos escolham conforme seu interesse.



estruturas e práticas do sistema educacional (Bourdieu; Passerow,2008).

Um desafio importante é a dificuldade de reformas educacionais de caráter inclusivo voltadas para as desigualdades históricas e estruturais. As políticas de ação afirmativa criadas nas universidades públicas a partir dos anos 2000, são exemplos dessas reformas. Essas políticas são adoções de cotas raciais e sociais, que visam corrigir desigualdades históricas, promover a inclusão de grupos minoritários (negros, indígenas, pessoas com deficiência, baixa renda) e garantir igualdade de oportunidade no acesso, permanência e acesso educacional, combatendo a exclusão e democratizando o ensino superior e outros níveis, buscando justiça social. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), foi um avanço para garantir maior equidade, em um espaço historicamente marcado por elites.

A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 representou avanços inovadores na estruturação da educação brasileira, mas sua efetivação depende de políticas públicas consolidadas e de um financiamento que garanta a efetivação dos princípios estabelecidos (Souza,2025).

Os avanços foram importantes, mas é importante ressaltar que a própria LDB inclui mecanismos que aprofundaram o processo de privatização da educação brasileira, tornando-a ainda mais precária e fortalecendo o setor público. Nesse sentido, Saviani(2020) enfatiza que documentos importantes, como a LDB e

o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) devem ser compreendidos não apenas como um documento técnico, mas como uma arena de disputas, em que se colocam em jogo as diferentes concepções de educação e as estratégias para sua implementação (Saviani,2020. p.37)

Souza (2025) destaca que no Plano nacional de Educação (PNE) houveram mecanismos que representaram avanços nas políticas pública de educação, estabelecendo orientações para melhor qualidade e equidade no ensino, por exemplo, quando ampliou as políticas de inclusão no que se refere à educação especial e garantia de direitos para populações como povos indígenas, comunidades quilombolas e pessoas com deficiência. (Souza, 2025).

Em contrapartida, Minto (2018) asseverou que numa análise sobre o PNE aprovado em 2014, é possível inferir que o viés privatista de algumas metas que tratam do atendimento educacional inclusivo, da expansão da educação infantil, da educação profissional e de jovens e adultos, também pode afetar os interesses do ensino superior privado. O autor observa ainda que nessas metas há traços de continuidade das políticas implementadas pelos últimos governos, favorecedoras das parcerias público-privadas.

Nos dias de hoje, a educação brasileira ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em termos de desigualdade de acesso, qualidade de ensino, inclusão



social e financiamento público. A educação no Brasil continua a refletir as desigualdades estruturais, que afetam a sociedade, principalmente nas diferenças regionais mais desenvolvidas do Sul e Sudeste e as regiões mais pobres do Norte e Nordeste. Segundo o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), há disparidade significativas na infraestrutura educacional entre as regiões do Brasil, especialmente no que diz respeito à conectividade e ao acesso a tecnologias. No ensino fundamental, a disponibilidade de internet banda larga é maior nas regiões Centro Oeste(83,4%), Sudeste(81,2%) e Sul (77,7%). Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste apresentam menor cobertura, com 31,4% e 54,7%, respectivamente.

As disparidades regionais no Brasil, são um fator relevante para as barreiras ao acesso à educação. O Norte e o Nordeste, por exemplo, enfrentam desafios específicos, como a baixa disponibilidade de escolas em áreas remotas e a carência de professores específicos. Em Educação Brasileira e Desigualdade Regional (2007), João Soares afirma que o “acesso à educação de qualidade no Brasil ainda é fortemente condicionado pelo local de nascimento e residência, o que mantém a desigualdade social”(Soares, 2007). As desigualdades regionais destacadas por João Soares, revelam um lado importante da desigualdade educacional no Brasil: enquanto algumas regiões contam com investimentos em infraestrutura e recursos educacionais ,outras, especialmente o Norte e o Nordeste, ainda carecem de políticas específicas para suprir as necessidades locais. A ideia de que uma educação de qualidade no Brasil é condicionada pelo local de nascimento reforça como o acesso à educação depende de fatores externos ao controle dos alunos.

Em um país com profundas desigualdades regionais e socioeconômicas, o compromisso coletivo de construção de uma educação democrática, poderia garantir o pleno desenvolvimento humano, a inclusão social e o fortalecimento da cidadania. No entanto, o que se observa é a contínua implementação de uma política educacional que coaduna com os objetivos do capital, ou seja, a educação cada vez mais privada, mercantilizada e com profundas desigualdades de acesso.

IV. CONCLUSÃO

Diante de uma análise histórica acerca da educação no Brasil, revela-se que apesar dos avanços importantes nas últimas décadas, a educação ainda enfrenta desafios importantes, como as desigualdades regionais, que foram expostas a duras realidades durante a pandemia de Covid 19, evidenciou a exclusão digital como uma nova forma de desigualdade na educação, principalmente nas regiões mais pobres,



onde o acesso à internet é limitado e em alguns lugares inexistentes.

Ao longo do trabalho percebeu-se que a educação brasileira enfrentou e continua enfrentando lutas e desafios, retrocessos e avanços. O estudo se propôs a provocar debates por meio de revisão da literatura e pesquisas bibliográficas buscando melhor compreender dilemas e impasses do campo educativo bem como as implicações do capitalismo para melhor entender sua integralidade.

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade, ela desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes, críticos e capacitados, além disso promove a inclusão social, permitindo que pessoas de diferentes origens e realidade tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento, um instrumento poderoso de transformação social capaz de reduzir desigualdades. Temos muito que avançar para que tenhamos uma educação de excelência, a falta de recursos, a desigualdade de acesso e a baixa qualidade de ensino são alguns obstáculos que precisam ser superados.

No entanto também existem oportunidades para transformar o cenário educacional e garantir um futuro melhor para todos. O uso de tecnologia inovador, a formação de professores qualificados e o investimento em infraestrutura são algumas das medidas que podem contribuir para a melhoria da educação em escala global. Como afirmou Paulo Freire, “a educação não transforma o mundo, a educação muda as pessoas, e pessoas transformam o mundo”(Freire,1987, p.39). Esta afirmação corrobora que a educação tem papel fundamental na capacitação das pessoas para serem transformadores como agentes de mudança social.

Ao longo do trabalho, percebe-se que vivemos na sociedade do conhecimento e dos conceitos ligados ao processo de qualificação e desenvolvimento humano, qualidade total, trabalho participativo, formação flexível, abstrata e polivalente. O capital depende de trabalhadores com capacidade de abstração e trabalho em equipe em função de novo padrão tecnológico com sistemas informatizados e que procuram atender as demandas de um mercado que está em constante movimento. A educação deve então visar a qualidade total: formação abstrata, policognição e qualidade flexível e polivalente. Fica evidenciado o quanto é importante a luta contra a cultura hegemônica que interfere e, em certa medida define os rumos do projeto educacional do país.

É necessário sempre continuar com o diálogo e a colaboração coletiva entre todos os envolvidos na educação, em uma perspectiva da construção de uma educação que promova à justiça social, a inclusão, a equidade, e a igualdade para todos.

V. REFERÊNCIAS



BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, (2008).

BOSCHETTI, I. et al. **Política Sociais no Capitalismo**; tendências Contemporâneas. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 38-40

CHAUÍ, M. **Vocação política e vocação científica da Universidade**. GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da Exclusão*. In: FRIGOTTO, G. *Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional*.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão popular, 2020b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual** no campo educacional. In: APPLE, M. W. - [et al]. GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão*. 17 ed – Petropolis. RJ. Vozes, 2010, p. 20-98.

_____. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Revista Brasileira de Educação, vol. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

GRAMACHI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: paz e terra, 2001 p.97-103

HOBBSAWAN, (1992) e Oliveira (1988). 2010 “Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campos educacional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar 2020: Distribuição de recursos educacionais nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil*. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 27 out. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar 2023: Frequência líquida e distribuição de recursos educacionais no Brasil*. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 27 out. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil 2023: Dados sobre educação e infraestrutura escolar no Brasil*. Brasília, DF: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.anuario.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo:



Cortez, 2000.

MANDEL, E. **O capitalismo**. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>. Acesso em: 06 de dezembro de 2025.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo; Boitempo, 2005.

MINTO, L. W. Gratuidade do ensino superior em estabelecimentos oficiais: Precisão e implicações. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 142, p. 153-170, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hYM3ZGyQV7LPC9MfFsBMryb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2026.

MIRANDA, G. K. **A sociedade contemporânea e a influência do capitalismo na educação**

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15ª ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.: <https://pedagogiaignaciana.com/>

SOARES, João. **A educação brasileira e a desigualdade regional**. Brasília: EdUnB, 2007.

SOUZA, F. P. et al. **O processo educacional do Brasil no período jesuítico**. V CONEDU, 2000. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/T>

SOUZA, Marcio Henrique Francisco de (ORCID 0000-0001-5876-4378) . A educação e a desigualdade social no Brasil: um estudo das influências recíprocas. *Revista Di Fatto, Ciências Humanas, Sociologia*, ISSN 2966-4527, DOI 10.5281/zenodo.16740482, Joinville-SC, ano 2025, n. 5, aprovado e publicado em 04/08/2025.